

## ANÍSIO TEIXEIRA: APONTAMENTOS SOBRE DEMOCRATIZAÇÃO E QUALIDADE DO ENSINO

<http://dx.doi.org/10.4025/imagenseduc.v4i2.23099>

Sandra Regina Cassol Carbello\*

Ricardo Ribeiro\*\*

\*Universidade Estadual de Maringá – UEM. sandra.cassol@gmail.com

\*\* Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP/Araraquara. despertarosol@gmail.com

### Resumo

Este texto retoma a obra de Anísio Teixeira para discutir o processo de democratização da educação brasileira. Buscamos elementos para contrapor a ideia de que a democratização do acesso desencadeou o processo de diminuição da qualidade da educação pública ofertada no país. Para esta discussão, inicialmente apresentamos a trajetória deste renomado educador brasileiro. Na sequência, apresentamos os dados sobre a educação pública do início do século XX, período em que ele assume cargos importantes na educação pública. Finalizamos o texto apresentando a Escola-Parque, proposta, por ele idealizada, para organizar o ensino elementar.

**Palavras-chave:** educação pública, qualidade de ensino, democratização.

**Abstract: Anísio Teixeira: notes on democratization and quality of education.** The work of Anísio Teixeira is the support of this study in a discussion of the democratization process in Brazilian education. We raised elements to contrast the idea of access democratization as a trigger to the process of decrease in quality of the public education offered in the country. The discussion initially presented the journey of this renowned Brazilian educator. Subsequently, we presented data on the early 20th century public education, period when he leads important positions in public education. We conclude the study by presenting the “School-park” proposed as he idealized the organization of elementary school.

**Keywords:** public education, quality of education, democratization.

### Introdução

Este texto foi elaborado com base em leituras, discussões e estudos realizados no Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da UNESP/Araraquara. Neste caminho formativo, reiteramos a importância dos clássicos para a compreensão das nuances na organização da educação brasileira e os desafios para a democratização escolar no decorrer do século XX.

Para este texto, num movimento exploratório, levantamos alguns pontos de obras de Anísio Teixeira, com o intuito de refletir sobre a relação entre democratização de acesso à escola pública brasileira e qualidade de ensino. Pretendemos contrapor a concepção de que o processo de democratização desencadeou a diminuição na qualidade da educação pública

ofertada no país. Para organizá-lo, optamos pelo seguinte percurso: num primeiro momento, reportamo-nos à trajetória do autor, um dos principais educadores brasileiros, apresentando brevemente suas origens, ideias e proposições para a organização da educação em nosso país. Num segundo momento, mediante registros de Anísio Teixeira, pontuamos alguns aspectos da educação pública no Brasil, circunscritos ao final da década de 1920 e metade da década de 1930, com dados sobre o Estado da Bahia e do Distrito Federal, à época Rio de Janeiro, para pensarmos sobre a qualidade da educação pública no período. Finalizamos o texto apresentando a Escola-Parque, proposta do autor para a educação pública de qualidade.

Ansiamos que os apontamentos apresentados neste texto possam contribuir para reflexões de gestores escolares, conselheiros

educacionais e demais cidadãos interessados em conhecer e em participar do debate contemporâneo sobre a organização da escola pública de qualidade para todos.

### **Anísio Teixeira: anotações sobre sua trajetória**

Anísio Spínola Teixeira nasceu em 12 de julho de 1900, no seio de uma família abastada de Caetité, no sertão da Bahia. Seu pai, Deocleciano Pires Teixeira, era “[...] um típico coronel do Nordeste e exercia um poder palaciano, conchavista, mais brando no seu exercício do que o de outros coronéis” (NUNES, 2010, p. 15). A família residia em mansão assobradada na Praça de Santana, “[...] espaçosa edificação de mais de vinte cômodos, além de seis salas, mobiliadas com peças austríacas e vários retratos de antepassados” (LIMA, 1978, p. 16). Nesse ambiente cresceu o garoto ‘pequenino e conversador’, que se tornou um ícone da educação brasileira.

Estudou em colégios jesuítas em Caetité e posteriormente em Salvador. Cogitou entrar na Companhia de Jesus. No entanto, seu pai interveio, uma vez que vislumbrava legar-lhe o poder político e via em Anísio um magistrado nato, seu sucessor natural, futuro patriarca da família (NUNES, 2010). Mandou-o estudar no Rio de Janeiro, onde ingressou na Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro, diplomando-se em 1922. Bacharel, regressou a Salvador e pleiteou uma vaga para promotor público junto ao governador do Estado. Este o surpreendeu com a proposta para ocupar o cargo de Inspetor Geral do Ensino da Bahia. “[...] O espanto com a escolha, fora de todos os moldes e tradições da época [...] Nem o pai, nem ninguém poderia crer que um rapaz, cujo físico ainda fazia mais jovem, passasse a dirigir, logo o ensino, naquela Bahia patriarcal dos anos de 20” (PINHO, 1960, p. 170). O convite, inicialmente recusado por não se considerar preparado para a função, foi aceito.

Segundo Nunes (2010, p. 16), ao assumir o cargo, Anísio Teixeira levava consigo “[...] sua familiaridade com a política sertaneja; seu sentimento de católico fervoroso e congregado mariano; sua organização de pensamento e trabalho aprendida nos colégios jesuítas e seus conhecimentos jurídicos”. Ainda assim, julgou-se despreparado para enfrentar os desafios educacionais do período. Logo, enveredou-se pelas leituras na área de educação e realizou

viagens pedagógicas, cujo intuito era observar os sistemas escolares de países como França, Bélgica, Itália e Espanha. Em 1927, realizou a primeira visita aos Estados Unidos e, no ano seguinte, quando retornou ao Brasil, publicou o primeiro estudo brasileiro sistematizado das ideias de John Dewey. Os registros de Lima indicam que os estudos realizados por Anísio nesse período foram fundamentais para a mudança em seu pensamento, pois foi o primeiro contato com a visão científica do mundo por meio do método experimental. Nas palavras do autor:

O mundo que Anísio então passa a ver, estudar e compreender é aquele que o espectro científico, baseado no método experimental, ilumina e elucida. Dentro dele, portanto, a visão escolástica do universo e do homem esboroa-se. Em seu lugar, surgirá a visão naturalista e otimista do homem, ser que evoluiu, quase que está preparado para agir ativamente sobre a natureza, revelar-lhe os segredos e dominar-lhe as forças, suscetível, portanto, de aprender e mudar e até mudar para melhor (LIMA, 1960, p. 134).

De acordo com Souza e Machado (2010, p. 135), a filosofia deweyana “[...] está voltada para um mundo em crise [...] contempla um grande projeto de reconstrução, que vai desde os planos epistemológicos e lógicos até a política e a moral, passando necessariamente pela via da educação”. Essa escolha de Anísio Teixeira, aos olhos de Nunes (2010, p. 19):

Era apostar na possibilidade de integrar o que, nele, estava cindido: o corpo e a mente, o sentimento e o pensamento, o sagrado e o secular. Era abrir seu coração para o pensamento científico, apostando na crença de que o enraizamento e as direções da mudança social a favor da democracia estavam apoiadas na infância. O pragmatismo deweyano forneceu-lhe um guia teórico que combateu a improvisação e o autodidatismo, permiti-lhe operacionalizar uma política e criar a pesquisa educacional no país.

Em 1929 não conseguiu sensibilizar o novo governador baiano a realizar suas propostas educacionais, demitiu-se da Inspeção de Ensino e dedicou-se ao magistério em Salvador. Em 1931, após a morte de seu pai, mudou-se para o Rio de Janeiro e nesse mesmo ano assumiu a Diretoria da Instrução Pública do Distrito

Federal, a convite do prefeito. No período de 1931 a 1935, no governo do Distrito Federal, situado no Rio de Janeiro, criou uma rede de ensino da escola primária à Universidade. Sobre as mudanças orquestradas por ele, Nunes (2010, p. 22) nos dá uma visão panorâmica:

A escola primária, a escola técnica secundária e o ensino de adultos se expandiram e melhoraram sua qualidade. [...] As bibliotecas, sobretudo a biblioteca infantil, grande novidade capitaneada por Cecília Meireles, e as bibliotecas de classe dinamizaram a pedagogia. A rádio educativa colocou o governo municipal falando diretamente aos corações e mentes das famílias cariocas. O professor primário foi prestigiado e, pela primeira vez no país, sua formação ocorreu em nível superior na então recém-criada Universidade do Distrito Federal. A educação foi instituída como área de investigação acadêmica.

Deste trabalho, a criação da Universidade do Distrito Federal, em 1935, foi a iniciativa mais polêmica, logo extinta no governo de Getúlio Vargas, em 1939. Entre 1937 e 1945, Anísio Teixeira pediu demissão do cargo e refugiou-se no interior da Bahia, pois foi perseguido por questões políticas. Permaneceu no interior e se dedicou à exploração e exportação de manganês, calcário e cimento; à comercialização de automóveis; à tradução de livros para a Companhia Editora Nacional. Pinho (1960, p. 178) registra que: “A vida lhe correu feliz nos tempos de perseguido e banido da ação pública. Foi o período em que lhe nasceram os quatro filhos, que lhe floresceram lucros materiais que jamais a vida pública lhe proporcionou, antes e depois”.

Em 1946, aceitou o convite para ser Conselheiro de Ensino Superior na Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO. No ano seguinte, o governador da Bahia convida-o para Secretário de Educação e Saúde do Estado. Ele não hesita em trocar a promissora carreira de comerciante pela retomada da causa da educação pública em sua terra. Segundo Pinho (1960, p. 180), “[...] 18 anos depois de ter deixado o mesmo posto, voltava ele para retomar os mesmos horários de trabalho, os mesmos esforços, para ‘elevar a educação à categoria do maior problema político brasileiro’”.

Em 1951, no Rio de Janeiro, assumiu a Secretaria Geral da Campanha de

Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, que seria por ele transformada num órgão: a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). No ano seguinte foi diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), no qual permaneceu até 1964. Como diretor do INEP, criou no Rio de Janeiro o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, com o objetivo de coordenar estudos sociológicos, antropológicos, estatísticos e históricos sobre a realidade brasileira. Criou também os Centros Regionais de Pesquisas Educacionais em Belo Horizonte, Recife, Salvador, São Paulo e Porto Alegre.

O sonho da universidade se concretizou com a criação da Universidade de Brasília. Ocupava o cargo de Reitor quando o governo militar, recém-instaurado em 1964, o afastou. Atingido por esse ato, embarcou para os Estados Unidos para lecionar como professor visitante em universidades americanas. Ao retornar ao Brasil, retomou sua luta pela educação brasileira. Foi membro do Conselho Federal de Educação. Tornou-se consultor da Fundação Getúlio Vargas e voltou a trabalhar na Companhia Editora Nacional. Organizou e reviu coletâneas e reedições de antigos trabalhos.

Em março de 1971, foi encontrado morto, em um poço de elevador, em situação ainda não esclarecida. A morte trágica interrompeu sua brilhante trajetória na luta por uma educação pública de qualidade. Para Nunes (2010, p. 31):

A violência barrou suas iniciativas, mas não venceu sua implacável denúncia de que a privação da educação torna impossível até a simples sobrevivência. Anísio estava convencido de que sem a qualidade cognoscitiva e psicossocial das experiências de conhecimento não existem vivências da esperança. E a escola, tal como ele e seus colaboradores pensaram, e concretizaram, pretendia instituir-se como organizadora da esperança em vidas humanas concretas. Mas a organização da esperança assusta, porque desestabiliza privilégios. Porque exige, sobretudo, a paciência dos recomeços.

As ideias e propostas de Anísio Teixeira continuam atualíssimas. Embora tenham sido forjadas no início do século XX, no enfrentamento a uma situação caótica no cenário educacional, parecem descrever quadros contemporâneos, na luta pela oferta de uma educação de qualidade para todos.

## Qual a situação da educação brasileira no início do século XX?

Em sua obra *Educação não é privilégio*, Anísio Teixeira (1994, p. 117-118) afirma que até a primeira metade do século XX houve no Brasil “[...] a expansão e fusão gradual dos dois sistemas escolares, que serviram ao país em seu dualismo orgânico de duas sociedades, primeiro de senhores e escravos, depois de senhores e povo [...]”. Em *Educação é um direito*, ele explica os dois sistemas:

Para a elite, composta predominantemente dos filhos dos antigos proprietários rurais e da nascente classe comercial, a escola secundária de caráter pseudo-humanístico e a escola superior. Para o povo, a escola primária, a escola de artes e ofícios e a escola normal. Dois sistemas independentes e estanques (TEIXEIRA, 1996, p. 54).

Como vimos anteriormente, a ascendência de Anísio Teixeira era abastada e ele integrou o sistema de educação privilegiada da elite brasileira, pois sua formação foi em colégios jesuítas. Essa educação, segundo Nunes (2010, p. 13),

[...] possibilitou-lhe o domínio da escrita, mediante um trabalho constante com os textos, o treinamento caligráfico, diferentes tipos de leitura, a realização de operações mentais analíticas e sintéticas. Abriu seu pensamento para o campo filosófico e estimulou o contato com os livros numa relação íntima que o acompanhou a vida toda. No gabinete de física, no laboratório de Química e no museu de história natural, Anísio pôde ingressar no campo científico e num modo de pensar que, embora subordinado à fé, era novo nos colégios da época.

Contudo, quando assumiu o cargo de Inspetor Geral de Ensino da Bahia, em 1925, deparou-se com o outro sistema, que contrastava com a organização do ensino que conhecera: “[...] com a pobreza de recursos materiais e humanos. [...] a dispersão e a desarticulação dos serviços educativos, o despreparo do professor, a imoralidade, a corrupção e a acomodação dos poderes públicos, [...]” (NUNES, 2010, p. 16). Segundo a autora:

As poucas escolas em funcionamento estavam concentradas em Salvador, localizadas em antigas residências, muitas em ruínas. Era generalizado o costume de o professor custear, com seus próprios recursos, o aluguel da sala ou do prédio em que instalava as ‘cadeiras’. O governo não oferecia mobiliário escolar, nem o professor a adquiria. Cabia ao aluno fornecer cadeiras e mesas improvisadas com barricas, caixotes, pequenos bancos de tábua, tripeças estreitas e mal equilibradas, cadeiras encouradas ou tecidas a junco. Anísio chegou a presenciar que era comum os estudantes escreverem no chão, estirados de braços sobre papéis de jornal ou, então, fazerem seus exercícios de joelhos, ao redor de bancos ou à volta das cadeiras (NUNES, 2010, p. 17).

Essa situação não se restringia à Bahia. Quando assumiu a Diretoria Geral de Instrução Pública do Distrito Federal, em 1931, Anísio Teixeira registra na obra *Educação para a democracia* o quadro caótico que encontrou. Faltavam órgãos essenciais do sistema escolar: de matrícula e frequência, de programas escolares, de promoção e classificação de alunos, de prédios e aparelhamentos escolares, entre outros. Em relação às matrículas, havia alunos de todas as idades disseminados por todos os anos escolares, ou seja, cada ano escolar abrangia crianças em distintos estágios de desenvolvimento.

Em suas palavras as primeiras ações: “O primeiro trabalho que tentamos realizar, no Distrito, logo que aqui chegamos, foi o de criar, por análise e inquéritos, um censo de discriminação, diferenciação e classificação das escolas, que não existia ainda” (TEIXEIRA, 1997, p. 196). Prossegue afirmando que a partir deste primeiro passo foi possível mapear as ações futuras: “A profunda desigualdade e falta de uniformidade das escolas públicas foi a primeira revelação que surgiu desses inquéritos, e conduziu toda a nossa obra de reconstrução escolar”. Iniciou a reforma na educação do Distrito Federal em 1932, criando os órgãos técnicos essenciais para o funcionamento do sistema educacional. Segundo Silveira (1960, p. 197),

[...] esses órgãos começaram a funcionar de maneira satisfatória oferecendo dados que conferiram ao Diretor possibilidade de planejar, orientar e coordenar efetivamente

o sistema escolar. Assim, a Divisão de Matrícula e Frequência, em pouco tempo pode revelar uma situação que os reacionários não viram ou não quiseram ver: a ineficácia da rede escolar, o estado precaríssimo dos prédios, instalações e mobiliário, ausência de um plano disciplinador da matrícula e frequência, e da distribuição de professores – dados que determinaram a adoção de uma série de medidas visando a solucionar esses males.

Diante desse cenário, como já mencionamos, reorganizou todo o sistema do Distrito Federal, da escola primária à universidade. Compreende-se assim a síntese de Souza e Machado (2010, p. 131):

Até os anos de 1930, o Brasil não contava com um sistema público de ensino organizado. A escolarização, ligada à ideia de 'instrução', se dava em escolas isoladas mantidas pelo governo ou então, na sua grande maioria, em instituições particulares de ensino, pertencentes à igreja ou aos que faziam da educação um negócio lucrativo. Era uma educação elitista, tanto na esfera pública quanto privada.

A falta de organização na educação brasileira contribuía fundamentalmente para a manutenção do analfabetismo, quadro emblemático que ainda hoje assola a população brasileira. Anísio Teixeira apresentou alguns dados importantes para pensarmos as ações na área da educação desde o início do século XX:

Tínhamos em 1900, 9.750.000 habitantes de mais de quinze anos, dos quais 3.380.000 eram alfabetizados e 6.370.000 analfabetos. Em 1950, 14.900.000 eram alfabetizados e 15.350.000 analfabetos. Diminuímos a percentagem de analfabetos de 65% para 51%, em cinquenta anos, mas em números absolutos, passamos a ter bem mais do dobro de analfabetos (TEIXEIRA, 1994, p. 50).

O autor prossegue o raciocínio, dando mais elementos para a reflexão: “Se considerarmos o analfabeto, como seria lícito considerar, um elemento mais negativo do que positivo na população, a situação brasileira, do ponto de vista da educação comum, tornou-se em 1950 pior do que em 1900” (TEIXEIRA, 1994, p. 50). Por outro lado, apresenta um olhar crítico sobre a existência e manutenção de um sistema

educacional que funciona para manter os privilégios sociais de alguns. Em suas palavras:

Mas, se tomarmos o ponto de vista de que o processo educativo é um processo seletivo, destinado a retirar da massa alguns privilegiados para uma vida melhor, que se fará possível exatamente porque muitos ficarão na massa a serviço dos 'educados'; então o sistema funciona, exatamente por não educar todos, mas somente uma parte (TEIXEIRA, 1994, p. 50).

Evidenciar que a educação brasileira funciona intencionalmente para não atingir a todos, que é seletiva e corrobora na estratificação social é ressaltar e denunciar a educação como privilégio. Na ótica do autor precisamos caminhar para a perspectiva da educação como direito; ela, sim, rompe com as amarras sociais denunciadas que estão arraigadas desde séculos. Contudo, este caminho ainda está por ser trilhado, pois para Anísio Teixeira:

Toda a nossa educação, hoje, é uma educação por decreto, uma educação que, para valer, somente precisa ser 'legal', isto é, 'oficial' ou 'oficializada'. É pela lei que a escola primária de três ou quatro turnos é igual à escola primária completa, que o ginásio particular ou público, sem professores nem condições para funcionar, é igual aos melhores ginásios do país, que a escola superior improvisada, sem pré-dica nem professores, é igual a algumas grandes e sérias escolas superiores do país (TEIXEIRA, 1994, p. 97).

Esse desafio chega aos nossos dias, afinal ainda não resolvemos os problemas educacionais denunciados e enfrentados por Anísio Teixeira nas primeiras décadas do século XX. O analfabetismo ainda nos assombra<sup>1</sup>, o acesso à educação ainda não é universal<sup>2</sup> e a qualidade do ensino é bandeira de luta<sup>3</sup>. É interessante sinalizar que atualmente, em discussões sobre qualidade da educação pública, é lugar comum ouvirmos afirmações sobre a perda da qualidade

<sup>1</sup>Ver: **Mapa do analfabetismo no Brasil**. Disponível em: <http://www.publicacoes.inep.gov.br/arquivos>.

<sup>2</sup>Ver: **Acesso à educação ainda não é universal no Brasil**. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/portal/images/stories/geral/13acessoeducacao.pdf>

<sup>3</sup>Ver: OLIVEIRA, R. P.; ARAUJO, G. C., 2005.

do ensino após a democratização do acesso à população. Contudo, as obras de Anísio Teixeira, sobre a educação do início do século, indicam controvérsias dignas de estudos para aprofundamento do debate.

Quando assume a Instrução Pública do Distrito Federal, Anísio Teixeira recorre à aplicação de testes padronizados para verificar a eficiência e rendimento da escola. Registra: “Apesar das dificuldades, foi tentada em fins de 1931 uma verificação, tendo-se em vista, com os testes aplicados, balancear a eficiência da escola pública do Distrito Federal em dois aspectos fundamentais: como ensinava a ler e como ensinava a contar” (TEIXEIRA, 1997, p. 166). Na sequência, explica os testes selecionados para aferir a qualidade de ensino no Distrito Federal:

Aplicaram-se, para as aferições apontadas, o teste de leitura de Waterbury, usado oficialmente na cidade de Detroit, nos Estados Unidos, e os testes de aritmética de W. S. Monroe, May-MacCall e de Otis, um e outros adaptados para o meio carioca. Tendo sido, no Rio, a primeira tentativa de uma grande apuração em massa do rendimento do sistema escolar, e sendo ainda relativamente pequena a familiaridade dos professores com o processo de exame por testes, foi para admirar o relativo êxito de que se viu corada a experiência. A validade dos resultados apurados foi também satisfatoriamente comprovada pela sua coerência através dos anos escolares e entre os diferentes grupos medidos (TEIXEIRA, 1997, p. 167).

Aplicados os testes, Anísio Teixeira tinha em mãos os dados que direcionaram suas ações na Diretoria da Instrução Pública. Em suas palavras: “[...] verificou-se que os alunos, depois de quatro e mais anos de classe, nas escolas públicas do Distrito Federal, chegavam a baixíssimo índice de leitura, equivalente ao obtido pelas crianças americanas desde o segundo ano escolar” (TEIXEIRA, 1997, p. 168). Conclui o autor:

Não é, portanto, por luxo de pedagogia que nos batemos para melhorar qualitativamente a escola – nos seus programas, nos seus métodos, nos seus prédios e nos seus professores. É porque, de outro modo, a escola não cumprirá sequer o modestíssimo ideal, já hodiernamente inadmissível, da alfabetização (TEIXEIRA, 1997, p. 169).

Em relação à matemática os dados também o preocupavam. Segue a descrição do quadro levantado:

De modo geral, os resultados eram ainda mais desoladores do que os de leitura. No segundo ano pode-se dizer que, em média, o aluno sabia, um pouco, somar número de um só algarismo e, um pouco menos, subtrair de um número de dois algarismos, um ou outro de um só algarismo. No mais, só por exceção algum acertaria fazer a operação. No terceiro ano, podemos estender esse julgamento médio até a multiplicação por um algarismo, estando ainda em período de grande insegurança as operações um pouco mais complexas (TEIXEIRA, 1997, p. 170).

Os resultados da aplicação dos testes padronizados foram fundamentais para a organização do sistema de educação no Distrito Federal. As mudanças propostas, que iam do ensino básico à universidade, visavam os aspectos qualitativos, sem perder de vista os quantitativos. Esse enfoque distinguia-se das políticas anteriores, conforme enuncia: “Ora, no Brasil uma das grandes realidades é a formidável reação contra a educação escassa que fornece o poder público às populações. Está claro que a educação é escassa em quantidade e em qualidade. Mas primeiro se vê a escassez em quantidade” (TEIXEIRA, 1997, p. 197). Complementa: “Já no segundo ano, 1933, levamos adiante o empenho de não só melhorar qualitativamente a organização e os processos de ensino, mas ainda o de ampliar e estender facilidades de educação” (TEIXEIRA, 1997, p. 199). Segundo Fávero (2001), em meados de 1935 outras iniciativas foram introduzidas tendo em vista a melhoria do ensino primário; entre elas, destacam-se as escolas experimentais que aplicavam novos métodos e técnicas de ensino e a seção de museus e radiodifusão:

[...] Para melhor atender a esse nível de ensino, é introduzida a seção de museus e radiodifusão sob a orientação de Roquette Pinto, que fundou uma radioescola, a qual transmitia diariamente programas estruturados em três partes: a hora infantil, o jornal dos professores e o suplemento musical (FÁVERO, 2001, p. 51).

Sobressai no texto de Anísio Teixeira a clareza com que descreve as ações para a

expansão planejada do atendimento educacional, com vistas a superar o legado caótico que recebera para administrar. Neste embate, ele afirma que:

Enquanto foi a escola um simples aparelho seletivo, destinado a alguns, pouco importava a sua ineficiência para os que viessem a falhar. Tal “mortandade” era natural e aceita: estava dentro do espírito da escola, que visava recrutar os mais capazes de continuar a carreira de estudos. Operadas, porém, as recentes transformações sociais, a escola se tornou, na civilização contemporânea, uma necessidade absoluta para todos. E algumas nações já estão levando a sua obrigatoriedade até o nível secundário, ou seja, até os 18 anos (TEIXEIRA, 1997, p. 165).

Nesta lógica, ratifica a força de uma nova concepção política que orientava sua ação: a necessidade da efetiva aprendizagem de todos: “[...] Não basta haver escolas para os mais capazes: é dispensável que haja escolas para todos. Não basta haver escolas para todos: é indispensável que todos aprendam” (TEIXEIRA, 1997, p. 166). Essa perspectiva de análise e entendimento da educação modifica a visão da organização e função da escola. “[...] Antes, dado o caráter seletivo, a reprovação era quase o índice da qualidade do ensino. Se muitos falhassem, queria isto dizer que os critérios de julgamento eram realmente eficientes e se estava depurando, para a formação das elites [...]” (TEIXEIRA, 1997, p.166). A partir da mudança proposta essa lógica é alterada:

Se, porém, a escola tem o dever de ensinar a todos, porque todos precisam dos elementos fundamentais da cultura para viver na sociedade moderna, o problema se inverte. Aluno reprovado já não significa êxito de aparelho selecionador, mas fracasso da instituição de preparo fundamental dos cidadãos, homens e mulheres, para a vida comum (TEIXEIRA, 1997, p. 166).

Organizar uma escola que não seja seletiva e prime pelo aprendizado de todos, continua sendo um desafio hodierno para os educadores e para toda comunidade envolvida com a gestão escolar.

### O que propôs para a educação de qualidade?

Além da criação do sistema educacional do Distrito Federal, mencionado anteriormente, uma das mais importantes iniciativas de Anísio Teixeira como Secretário de Educação e Saúde da Bahia foi a construção do Centro Popular de Educação Carneiro Ribeiro, popularmente conhecido como Escola-Parque. Fávoro (2001) enfatiza que o segmento mais importante da educação para Anísio Teixeira era o ensino primário e sugere que, talvez por isso, a Escola-Parque passou a ser a obra norteadora de toda uma política educacional.

A Escola-Parque foi inaugurada em 1950 e procurava oferecer à criança uma educação integral, cuidando de sua alimentação, higiene, socialização, preparação para o trabalho e para a cidadania. Em seu discurso, na inauguração da escola, anuncia o que fora vislumbrado para a instituição:

Desejamos dar, de novo, à escola primária, o seu dia letivo completo. Desejamos dar-lhe os seus cinco anos de curso. E desejamos dar-lhe seu programa completo de leitura, aritmética e escrita, e mais ciências físicas e sociais, e mais artes industriais, desenho, música, dança e educação física. Além disso, desejamos que a escola eduque, forme hábitos, forme atitudes, cultive aspirações, prepare, realmente, a criança para a sua civilização – esta civilização tão difícil por ser uma civilização técnica e industrial e ainda mais difícil e complexa por estar em mutação permanente. E, além disso, desejamos que a escola dê saúde e alimento à criança, visto não ser possível educá-la no grau de desnutrição e abandono em que vive (TEIXEIRA, 1959).

Para atingir esses objetivos a escola foi organizada em dois setores: o da instrução e o da educação. No setor de instrução, “[...] manter-se-ia o trabalho convencional da classe, o ensino de leitura, escrita e aritmética e mais ciências físicas e sociais” (TEIXEIRA, 1959). O setor de educação concentraria a força da escola ativa, desenvolvendo “[...]atividades socializantes, a educação artística, o trabalho manual e as artes industriais e a educação física” (TEIXEIRA, 1959), explicou o autor em seu discurso inaugural. O dia escolar era dividido em dois períodos: o da escola-classe e o da escola-parque. Teixeira (1994, p. 163) detalha o trabalho em cada período:

[...] Se na escola-classe predomina o sentido preparatório da escola, na escola-parque, nome que se conferiu ao conjunto de edifícios de atividade de trabalho, sociais, de educação física e de arte, predomina o sentido de atividade completa, com as suas fases de preparo e de consumação, devendo o aluno exercer em sua totalidade o senso de responsabilidade e ação prática, seja no trabalho, que não é um exercício, mas a fatura de algo completo e de valor utilitário, seja nos jogos e na recreação, seja nas atividades sociais, seja no teatro ou nas salas de música e dança, seja na biblioteca, que não é só de estudo mas de leitura e de fruição dos bens do espírito.

A previsão para o funcionamento era como um semi-internato, recebendo os alunos às 7h30min e devolvendo-os às famílias às 16h30min. Em relação à arquitetura da escola, a proposta era bastante arrojada: “[...] seria construída em pavilhões, num conjunto de edifícios que melhor se ajustassem às suas diversas funções” (TEIXEIRA, 1959). Para o atendimento na escola-classe, “[...] projetou-se cada conjunto para 4.000 alunos, compreendendo quatro escolas-classe, para mil alunos cada uma, em dois turnos de 500 – ou seja, com doze salas de aula, no mínimo”. Em relação à estrutura da escola-parque que complementa as atividades no centro conta com: “[...] pavilhão de trabalho, ginásio, pavilhão de atividades sociais, teatros e biblioteca para os referidos 4.000 alunos em turnos de 2.000 pela manhã e 2.000 à tarde, e ainda edifícios de restaurante e administração” (TEIXEIRA, 1994, p. 163).

Na defesa desta escola primária que daria à grande massa de trabalhadores uma educação de qualidade, Anísio Teixeira (1994, p. 63) argumenta que a finalidade da educação básica é habilitar os homens ao trabalho nas suas formas mais comuns. Para isso não pode haver uma escola qualquer. É necessário organizá-la de maneira primorosa. Em suas palavras:

[...] Por isto mesmo, não pode ser uma escola de tempo parcial, nem uma escola somente de letras, nem uma escola de iniciação intelectual, mas uma escola sobretudo prática, de iniciação ao trabalho, de formação de hábitos de pensar, hábitos de fazer, hábitos de trabalhar e hábitos de conviver e participar em uma sociedade democrática, cujo soberano é o próprio cidadão (TEIXEIRA, 1994, p. 63).

Consciente das dificuldades que enfrentaria para manter e expandir esse modelo de escola primária, Anísio Teixeira evidencia em seu discurso a preocupação com a qualidade docente para realizar um trabalho de tal proporção: “A maior dificuldade da educação primária, que, por sua natureza, é uma educação universal, é a de se obter um professor primário que possa atender a todos os requisitos de cultura e aptidão para um ensino tão vasto e tão diversificado” (TEIXEIRA, 1959). Diante disso, ele afirma:

Teremos os professores primários comuns para as escolas-classe, para a escola-parque, os professores primários especializados de música, de dança, de atividades dramáticas, de artes industriais, de desenho, de biblioteca, de educação física, recreação e jogos. Em vez de um pequenino gênio para tudo isto, muitos professores diferenciados em dotes e aptidões para a realização da tarefa sem dúvida tremenda de formar e educar a infância nos seus aspectos fundamentais de cultura intelectual, social, artística e vocacional (TEIXEIRA, 1959).

Posteriormente, em 1967, registrou que a experiência foi exitosa, pois ‘correu o mundo’ como exemplo de algo novo no campo educacional, graças ao compromisso e trabalho dos docentes envolvidos. Assevera: “Não houve para essa experiência nem auxílio nem assistência técnica estrangeira de qualquer natureza. Os professores são todos nossos e os que tiveram a oportunidade de aperfeiçoamento, aperfeiçoaram-se aqui, no Brasil” (TEIXEIRA, 1967). Assinala que o sucesso da experiência aconteceu graças ao conhecimento da diretora e a dedicação dos docentes:

[...] um corpo de professores admiráveis realizou, em silêncio, uma experiência nova, que mereceu o respeito de quantos dela puderam tomar conhecimento, e que aí está sob a vista de todos nós, para mostrar que podemos reconstruir a escola primária, por nós mesmos, desde que nos deem as condições para isto (TEIXEIRA, 1967).

O registro evidencia a sensibilidade e o envolvimento com o trabalho da equipe empenhada na realização deste projeto que comprova ser possível a oferta de educação de qualidade. A filosofia desta escola “[...] visa

oferecer à criança um retrato da vida em sociedade, com as suas atividades diversificadas e o seu ritmo de 'preparação' e 'execução', dando-lhe as experiências de estudo e de ação responsáveis" (TEIXEIRA, 1994, p. 163). Nesse sentido,

O que devem desejar os educadores brasileiros é que a escola não falhe à sua missão; é que a escola forme a inteligência e forme o caráter. Mas, para tanto, urge que preparemos o ambiente, que o prédio escolar e as suas instalações atendam, pelo menos, aos padrões médios da vida civilizada, e que o magistério tenha a educação, a visão e o preparo necessários a quem não vai apenas ser a máquina de ensinar intensivamente a ler, a escrever e a contar, mas o mestre da arte difícil de bem viver (TEIXEIRA, 1997, p. 83).

Em linhas gerais, a Escola-Parque foi uma política para a escola primária. Circunscrevia-se, assim, um projeto de educação para ser estendido ao país. Essa concepção pautava-se no princípio da educação obrigatória, gratuita e universal. Na perspectiva defendida por Anísio Teixeira ela só poderia ser ministrada pelo Estado. Em suas palavras:

Impossível deixá-la confiada a particulares, pois estes somente podiam oferecê-la aos que tivessem posses (ou a 'protegidos') e daí operar antes para perpetuar as desigualdades sociais, que para removê-las. A escola pública, comum a todos, não seria, assim, o instrumento de benevolência de uma classe dominante, tomada de generosidade ou de medo, mas um direito do povo, sobretudo das classes trabalhadoras, para que, na ordem capitalista, o trabalho (não se trata, com efeito, de nenhuma doutrina socialista, mas do melhor capitalismo) não se conservasse servil, submetido e degradado, mas igual ao capital na consciência de suas reivindicações e dos seus direitos (TEIXEIRA, 1994, p. 81).

A escola pública vislumbrada era compromissada com a qualidade do ensino, com o uso do que havia de mais moderno para educar as crianças. O intuito era o de tirar o país do atraso e da situação enunciada como primitiva. Nunes (2010, p. 31) sintetiza a proposta sonhada por Anísio Teixeira:

Uma escola pública com um Ensino Básico de qualidade para todos, onde a pesquisa é assumida como componente do ensino, e em que os espaços e os tempos da educação sejam significativos para cada sujeito dentro dela. Uma escola bonita, moderna, integral em que o trabalho pedagógico apaixonado e compromete professores e alunos.

O sonho de Anísio Teixeira era que todos os cidadãos brasileiros tivessem acesso a uma educação que lhes oferecesse condições e oportunidade de conquistar uma vida melhor. Foi considerado ambicioso e caro demais para se tornar uma política pública de educação no Brasil. Aos nossos olhos, um investimento necessário, afinal, para a oferta de educação de qualidade, a proposta de uma escola bonita, moderna e integral é básica. Contudo, se comparado ao que temos oferecido à maioria das crianças e adolescentes da classe trabalhadora, compreenderemos o porquê de seu sonho ter sido considerado audacioso. Em outras palavras, o sonho de Anísio Teixeira de ofertar uma educação pública de qualidade ainda é uma utopia.

### Considerações finais

O que o legado de Teixeira nos ensina? Retomar o legado de Anísio Teixeira para pensar a educação brasileira na contemporaneidade é fundamental para compreendermos nossa trajetória, entender nossas contradições e conhecer nossos desafios para a organização da escola pública compromissada com a aprendizagem dos alunos.

Aprendemos com Anísio Teixeira que a educação brasileira transita entre ser o privilégio de alguns e ser um direito de todos. Por força da tradição política e das condições socioeconômicas, ela sempre foi concebida como privilégio e corroborava na manutenção de uma sociedade cindida. Com as alterações sociais forjadas no decorrer do século XX, a educação caminha para se constituir em um direito básico de todo cidadão. Esse direito é um dos pilares na formação de uma sociedade democrática.

Anísio Teixeira nos ensina que é possível ofertar uma educação de qualidade para todos. Contudo, ressalta que ela não é barata, não pode ser reduzida a uma oferta qualquer, parcial, sem compromisso. Ela deve ser entendida como um

investimento da sociedade aos seus cidadãos. Organizar uma educação pública no Brasil implica também compromisso político, pois é um projeto de dimensões continentais e necessita ser planejado a curto, médio e longo prazo. Para fazê-lo é fundamental uma sólida formação docente; sem esta formação não há como conduzir um trabalho educativo compromissado com a qualidade.

Finalmente, a trajetória do autor nos ensina o quanto é importante o compromisso de lutar pelos valores nos quais se acredita. A defesa do que é legítimo e digno para a classe trabalhadora revela a importância de conhecer profundamente os dilemas da sociedade em que se vive e de ter discernimento para agir na arena pública na defesa do que se considera justo.

## Referências

- FÁVERO, M. de L. de A. Anísio Teixeira: construtor da educação pública. In: MONARCHA, C. (Org.). **Anísio Teixeira: a obra de uma vida**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001. p.49-72.
- LIMA, H. **Anísio Teixeira Estadista da Educação**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1978.
- \_\_\_\_\_. Anísio Teixeira. In: **Anísio Teixeira: pensamento e ação**. Por um grupo de professores e educadores brasileiros. Retratos do Brasil, volume 3. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1960, p.131-136.
- NUNES, C. **Anísio Teixeira**. Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco; Editora Massangana, 2010. (Coleção Educadores).
- PINHO, P. M. de. Anísio Teixeira, episódios de sua vida e de sua luta. In: **Anísio Teixeira: pensamento e ação**. Por um grupo de professores e educadores brasileiros. Retratos do Brasil, volume 3. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1960, p.167-190.
- TEIXEIRA, A. Centro Educacional Carneiro Ribeiro. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro, v. 31, n.73, p.78-84, jan./mar. 1959. Transcrição do discurso pronunciado em 1950 pelo Prof. Anísio Teixeira, quando da inauguração do Centro Educacional Carneiro Ribeiro (Escola-Parque), na Bahia.
- Disponível em: [www.bvanisioteixeira.ufba.br/artigos/cecr.htm](http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/artigos/cecr.htm). Acesso em: 06 nov. 2013.
- \_\_\_\_\_. A Escola Parque da Bahia. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro, v. 47, n. 106, p. 246-253, abr./jun. 1967. Disponível em: <http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/artigos/parque.htm>. Acesso em: 08 nov. 2013.
- \_\_\_\_\_. **Educação não é privilégio**. 5. ed. Comentada por Marisa Cassim. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.
- \_\_\_\_\_. **Educação é um direito**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.
- \_\_\_\_\_. **Educação para a Democracia: introdução à administração educacional**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.
- OLIVEIRA, R. P. P.; ARAUJO, G. C., 2005. Qualidade do ensino: uma nova dimensão da luta pelo direito à educação. **Revista Brasileira de Educação**, n. 28, jan./abr., 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em: 20 abr. 2014.
- SILVEIRA, J. Alguns aspectos da reforma Anísio Teixeira, no Rio de Janeiro. In: **Anísio Teixeira: pensamento e ação**. Por um grupo de professores e educadores brasileiros. Retratos do Brasil, volume 3. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1960, p. 191-209.
- SOUZA, R. A.; MACHADO, M. C. G. Anísio Teixeira e a escola pública: um estudo sobre sua atuação político-pedagógica na educação brasileira. **Caderno de Pesquisa: Pensamento Educacional**, v. 5, n. 9, p. 129-146 jan./abr. 2010. Disponível em: [www.utp.br/cadernos\\_de\\_pesquisa/pdfs/.../8\\_anisio\\_teixeira\\_cp9.pdf](http://www.utp.br/cadernos_de_pesquisa/pdfs/.../8_anisio_teixeira_cp9.pdf). Acesso em: 12 nov. 2013.

Recebido em: 22/02/2014

Aceito em: 13/05/2014